

## MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E URBANIZAÇÃO NO BRASIL

Por mais de três séculos, colonizadores portugueses valeram-se da migração compulsória de negros africanos para sustentar a economia exportadora da colônia. Milhões de negros foram trazidos para trabalhar como escravos nas terras que hoje formam nosso território. O fim do tráfico negreiro, em 1850, entretanto, mudou o perfil daquele que migrava como mão-de-obra para o trabalho nas lavouras. Foi o início da maciça imigração européia, característica do final do século XIX e início do XX, que entrou no país para trabalhar na agricultura cafeeira. Dessa forma, milhões de italianos, alemães, suíços, espanhóis, poloneses, entre outros, embarcaram nos portos de suas terras natais em direção, sobretudo, ao porto de Santos.

A imigração desses grupos se deu principalmente para áreas do Sul, onde desenvolveram atividades agrícolas, caracterizadas pela pequena propriedade e pelo trabalho familiar, que marcam profundamente desenvolvimento dessa região.

Os imigrantes tinham um certo preparo técnico, e que provocou o aumento da demanda por essa mão-de-obra. Nessa leva imigratória os italianos sobressaíram, mas com a estabilidade política e o processo de industrialização na Itália, ocorrido nessa ocasião os japoneses tornaram-se o principal componente no fluxo migratório. O primeiro grupo de japoneses chegou ao Brasil em 1908.

Na década de 1930, o modelo agrário-exportador centrado na atividade cafeeira foi abalado por uma séria crise econômica que atingiu o mundo: o Crack da Bolsa, em 1929. A exportação de café desabou, e, por conseguinte, a economia, já que não havia compradores para a produção nacional. Em pouco tempo havia excesso de oferta de mão-de-obra. Para diminuir o problema, o governo de Getúlio Vargas promulgou a Lei de Cotas da Imigração, que limitava a 2% da população brasileira a entrada do total de imigrantes das diferentes nacionalidades registradas nos 50 anos anteriores. A exceção dos portugueses, esse fato limitou bastante a imigração ao Brasil.

Na atualidade, o Brasil não é considerado um pólo de atração populacional. Durante a década de 1980, a economia brasileira ficou estagnada ou teve um crescimento econômico muito pequeno. Assim, os brasileiros começaram a emigrar para vários lugares do mundo, entre os quais a Europa, o Japão, os Estados Unidos, o Paraguai etc. Estima-se que mais de dois milhões de brasileiros vivam atualmente em território estrangeiro.

Os motivos foram os mesmos que levaram um grande número dos demais latino-americanos a emigrar nesse período: estagnação econômica levando à ausência de perspectiva de inserção no mercado de trabalho formal e com remuneração adequada. Associado à precária assistência social oferecida pelo Estado à população, o resultado foi a fuga para o exterior.

Os dois países que mais receberam imigrantes brasileiros em todo o mundo são os Estados Unidos e o Japão.

Nos Estados Unidos há cerca de 1 milhão de brasileiros, a maior parte concentrada em três aglomerados urbanos: Nova York, Boston e Miami. No Japão há mais de 300 mil brasileiros.

Os imigrantes brasileiros no Japão são trabalhadores que exercem atividades pouco qualificadas do ponto de vista profissional e, portanto, de baixa remuneração, são os chamados *dekasseguis*. Mesmo assim, eles conseguem sobreviver e a maioria enviar dinheiro para os seus familiares no Brasil.

Depois dos Estados Unidos, o Paraguai é a nação que mais recebe imigrantes brasileiros, em torno de 400 mil, conforme os dados oficiais. Segundo analistas, porém, esse número é muito maior, pois há milhares de “brasiguaios” clandestinos nesse país.

### *Migração interna no Brasil*

As persistentes desigualdades entre as regiões do Brasil são há décadas motivo para migrações internas. Pelas contas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 39,8% da população, cerca de 72 milhões de brasileiros, vive fora do município de origem. A maioria está em idade economicamente ativa, entre 18 e 39 anos.

Comparando-se os dados recentes aos do Censo de 2000, verifica-se que o volume de migrantes que circulam entre as regiões do país caiu de 5,2 milhões para 4,8 milhões, um decréscimo de 7%. O Sudeste deixou de ser o principal destino das migrações. Isso ocorre em razão do aumento de investimentos no interior, principalmente na Região Centro-Oeste, que passou a atrair a maioria dos migrantes brasileiros, tendo 36,3% de população vinda de fora.

Segundo o IBGE, atualmente Mato Grosso é o estado líder em crescimento na participação do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, resultado da expansão agrícola e da indústria. Os números também evidenciam o avanço de migrantes em direção à Amazônia. No entanto, uma tendência histórica se mantém: a região que mais “exporta” migrantes ainda é a Nordeste. Nordestinos totalizam 33% da população em outras localidades do país.

Mas o Nordeste também vive a “migração de retorno”. Entre 1999 e 2004, 714 mil nordestinos regressaram à região. Os estados onde esse movimento é mais evidente são: o Maranhão, com um aumento de 79%, e o Rio Grande do Norte, com crescimento de 54%.

O fator determinante para o retorno é a desconcentração industrial em benefício de todas as regiões do país.

### *A urbanização brasileira*

O Brasil, até a década de 1930, foi um país essencialmente rural. Isso significa que, em mais de 400 anos de nossa história, a população concentrou-se no campo, dedicando-se ao trabalho nas atividades agrárias, em sua maioria voltadas para a exportação. Dentre os produtos que mais se destacaram, encontram-se cana-de-açúcar, cacau, borracha, café tabaco etc. Tais condições históricas e

econômica: determinaram a concentração da produção e do emprego no meio rural. Entretanto, surgiram núcleos urbanos de caráter político-administrativo, que adquiriram uma importância relativa.

A economia mudou a partir de 1930 em função de diversos fatores, entre eles a grande crise norte-americana de outubro de 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, e que atingiu quase o mundo inteiro. Getúlio Vargas, que governou o país entre 1930 e 1945, implantou medidas que deslocaram o eixo econômico do campo para a cidade, votado a partir de então para a produção industrial.

É importante ressaltar, porém, que a monocultura cafeeira teve um papel preponderante nessa mudança, pois facilitou a concentração das receitas advindas das exportações nas mãos dos cafeicultores do Sudeste, particularmente de São Paulo. Essa região concentrava a melhor infra-estrutura de energia e redes de transporte, com ferrovias e portos dando vazão às exportações, bem como força de trabalho, representada em grande parte pelos imigrantes que vieram para o Brasil trabalhar nas lavouras do café desde meados do século XIX. Somou-se a concentração do mercado consumidor no Sudeste brasileiro e temos o contexto que contribuiu para a posição de destaque que essa região ocupou (e ocupa) na polarização da economia brasileira.

Quando a crise internacional afetou as exportações de café, os capitais do setor industrial voltaram-se para a área do país mais desenvolvida economicamente. Em pouco tempo, o crescimento econômico de Rio de Janeiro e São Paulo tornou o Sudeste um pólo de atração populacional. Essa alteração estrutural favoreceu a aceleração das mudanças sociais e o início de um forte êxodo rural, intensificado pelo desemprego no campo, em direção às novas áreas urbanas que se industrializavam.

**Evolução da População Urbana no Brasil (%)**

1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007
31,2	36,2	45,1	55,9	67,5	75,6	81,2	84,7

Analisando a tabela acima, constatamos como foi rápido e intenso o processo de urbanização no país: os dados do censo de 1940 mostram que apenas uma pequena parcela da população brasileira vivia nas cidades - 31,2% -, o que em dados absolutos correspondia a mais de 12 milhões de pessoas. Atualmente, seis décadas e meia mais tarde, a população urbana representa 84,7% do total dos brasileiros, ou seja, cerca de 161 milhões de pessoas vivem em nossas cidades. Portanto, o contingente de brasileiros urbanos aumentou mais de 10 vezes em um período de tempo muito curto para uma mudança desse porte. Do ponto de vista administrativo, tornou-se difícil adequar a infra-estrutura urbana a esse volume populacional.

Esse intenso crescimento da população urbana durante a segunda metade do século XX teve muitas causas, entre as quais:

- ❖ O modelo de industrialização acelerada adotado no governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), com a instalação do grande capital transnacional no país, representado especialmente pela indústria automobilística em municípios próximos a São Paulo (Santo André, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo, genericamente denominados ABC).
- ❖ A implantação do governo militar em 1964, que, entre várias mudanças, acentuou a entrada de capitais estrangeiros no setor industrial e introduziu a legislação trabalhista no campo (o Estatuto do Trabalhador Rural), gerando desemprego e aceleração do êxodo rural.
- ❖ A implantação, nas últimas décadas, de modernas técnicas de cultivo em áreas agrícolas, entre as quais a mecanização do campo, liberando grandes quantidades de mão-de-obra que migraram para as cidades.

#### *A metropolização brasileira*

Seguindo a tendência mundial de urbanização dos últimos 50 anos, no Brasil o processo de metropolização é intenso e recente. Esse processo se caracteriza pela junção dos sítios urbanos de dois ou mais municípios (fenômeno da conurbação), o que significa sua união espacial, visto que permanecem distintos em termos administrativos, pois cada um deles possui a sua administração municipal, com prefeitos e vereadores, bem como específicas válidas em seu território. Desenvolveu-se entre as cidades conurbadas um intenso fluxo comum de bens, de serviços e especialmente de pessoas. A conurbação modifica a paisagem urbana, pois há uma relativa continuidade entre os municípios vizinhos, dificultando, por sua vez, a percepção dos limites territoriais de cada um dos municípios que a constitui. Em geral esse processo se desencadeia a partir de um núcleo, o município mais importante, que, por centralizar as atividades econômicas mais dinâmicas e concentrar equipamentos e serviços mais sofisticados, se expande na direção das cidades vizinhas.

Para disciplinar o crescimento horizontal e organizar, dentro do possível, a vida social e econômica no interior das grandes aglomerações urbanas, o governo federal criou, em 1973, as chamadas áreas ou regiões metropolitanas (RM), visando ao planejamento dos transportes, saneamento, habitação, abastecimento, entre outros aspectos.

Naquele ano foram criadas nove regiões metropolitanas (comumente designadas pelo prefixo Grande): Grande São Paulo, Grande Rio de Janeiro, Grande Belo Horizonte, Grande Porto Alegre, Grande Curitiba, Grande Salvador, Grande Recife, Grande Fortaleza e Grande Belém. Em 1988, a responsabilidade de criar novas regiões metropolitanas foi repassada aos governos estaduais, os quais estabeleceram novos critérios para determinar quando uma área pode ser considerada uma região metropolitana. Para ser considerada uma região metropolitana, a cidade deve apresentar uma das seguintes características:

- ❖ o município que é o núcleo deve ter uma população de, no mínimo, 800 mil habitantes;
- ❖ as cidades que se localizam em torno do núcleo devem apresentar densidade demográfica igualou superior a 60 hab.lkm<sup>2</sup>;
- ❖ nas cidades localizadas em torno do núcleo pelo menos 65% de sua população economicamente ativa (PEA) deve se dedicar às atividades urbanas.

Baseando-se nesses novos critérios, o IBGE apresentou uma nova estrutura da urbanização do país, definindo um conjunto de 28 regiões metropolitanas.

Região Metropolitana	Estado	População
Região Metropolitana de São Paulo	SP	20.500.000
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	RJ	11.351.937
Região Metropolitana de Belo Horizonte	MG	4.975.126
Região Metropolitana de Porto Alegre	RS	4.184.042
Região Metropolitana do Recife	PE	3.589.181
Região Metropolitana de Fortaleza	CE	3.415.455
Região Metropolitana de Salvador	BA	3.350.523
Região Metropolitana de Curitiba	PR	3.251.168
Região Metropolitana de Campinas	SP	2.634.000
Região Metropolitana de Belém	PA	2.086.906
Região Metropolitana de Goiânia	GO	2.013.073
Região Metropolitana da Baixada Santista	SP	1.476.820
Região Metropolitana da Grande Vitória	ES	1.437.711
Região Metropolitana da Grande São Luís	MA	1.300.000
Região Metropolitana de Natal	RN	1.240.734
Região Metropolitana de Maceió	AL	1.116.075
Região Metropolitana do Norte/Nordeste Catarinense	SC	1.024.212
Região Metropolitana de João Pessoa	PB	998.890
Região Metropolitana de Florianópolis	SC	821.423
Região Metropolitana de Londrina	PR	752.100
Região Metropolitana de Aracaju	SE	708.000
Região Metropolitana de Maringá	PR	576.581
Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí	SC	465.225
Região Metropolitana de Macapá	AP	458.008
Região Metropolitana do Vale do Aço	MG	450.000
Região Metropolitana do Vale do Itajaí	SC	449.726
Região Metropolitana Carbonífera	SC	354.066
Região Metropolitana de Tubarão	SC	128.545

As regiões metropolitanas do Brasil segundo o IBGE em julho de 2006 e de 2005.

A Região Metropolitana de João Pessoa foi criada pela Lei Complementar Estadual 59/2003 e compreende os seguintes municípios: Bayeux, com 95.007 habitantes; Cabedelo, com 53.020 habitantes; Conde, com 20.862 habitantes; Cruz do Espírito Santo, com 15.137 habitantes; João Pessoa, com 672.080 habitantes; Lucena, com 11.275 habitantes; Mamanguape, com 40.999 habitantes; Rio Tinto, com 22.739 habitantes; Santa Rita, com 131.682 habitantes.

### Hierarquia das cidades brasileiras

Hierarquia urbana é uma forma de classificar as cidades conforme seu grau de influência sobre as demais cidades.

Dentro da rede urbana brasileira, encontramos uma hierarquia na qual as menores cidades estão subordinadas às grandes cidades, que por sua vez, estão subordinadas às duas metrópoles globais do Brasil.

Segundo o *Atlas nacional do Brasil*, publicado em pelo IBGE, temos no Brasil um esquema de hierarquia urbana que classifica as cidades conforme sua área de influência: metrópole global; metrópole nacional; metrópole regional; centro regional; centro sub-regional 1 e centro sub-regional 2.

- ❖ Centros sub-regionais: Campina Grande (PB) e Caruaru (PE).
- ❖ Centros regionais nacionais: Santos (SP) e Florianópolis (SC).
- ❖ Metrôpoles regionais: Goiânia (GO) e Campinas (SP).
- ❖ Metrôpoles nacionais: Brasília e Salvador (BA).
- ❖ Metrôpoles globais: há apenas duas, São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ).

